

Tipo de Publicação	Número de Documento Data de Publicação	Assunto	Área de referência
Lei	52/2013 25 julho	D.R. n.º 142, Série I de 2013-07-25 Procede à segunda alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança.	Direitos Humanos/Justiça
Resolução da Assembleia da República	48/2013 4 Abril	D.R. n.º 66, Série I de 2013-04-04 Assembleia da República Defesa e valorização efetiva dos direitos das mulheres no mundo do trabalho	Emprego/Educação/Formação Igualdade de Género
Resolução da Assembleia da República	47/2013 4 Abril	D.R. n.º 66, Série I de 2013-04-04 Assembleia da República Pelo combate ao empobrecimento e à agudização da pobreza entre as mulheres	Emprego/Educação/Formação Igualdade de Género
Resolução da Assembleia da República	46/2013 4 Abril	D.R. n.º 66, Série I de 2013-04-04 Assembleia da República Pela não discriminação laboral de mulheres	Emprego/Educação/Formação Igualdade de Género
Resolução da Assembleia da República	45/2013 4 Abril	D.R. n.º 66, Série I de 2013-04-04 Assembleia da República Combate às discriminações salariais, diretas e indiretas	Emprego/Educação/Formação Igualdade de Género
Resolução da Assembleia da República	41/2013 3 Abril	DR n.º 65, 1.ª série Sobre a promoção da igualdade laboral entre homens e mulheres	Emprego/Educação/Formação Igualdade de Género

Declaração de Retificação	15/2013 19 Março	D.R. n.º 55, Série I de 2013-03-19 - Assembleia da República Declaração de retificação à Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, sobre «29.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2013	Violência Doméstica
Resolução do Conselho de Ministros	13/2013 8 Março	Determina a execução de políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção da igualdade de género, expressamente reconhecendo que a valorização da igualdade de género em tempos de crise deve ser encarada não apenas como uma questão de direitos e de justiça social, mas também como uma pré-condição para um crescimento sustentável e para a promoção do emprego e da solidariedade.	Igualdade de Género
Lei	19/2013 21 Fevereiro	D.R. n.º 37, Série I de 2013-02-21 - Assembleia da República 29.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas	Violência Doméstica
Lei	66-B/2012 31 Dezembro	Estabelece as regras e os princípios gerais em matéria de duração e horário de trabalho na Administração Pública Nota: A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, aprovou o Orçamento de Estado para 2013 e determina, no seu artigo 40.º, que os regimes do trabalho extraordinário e do trabalho noturno previstos no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas são aplicados aos trabalhadores/as das fundações públicas de direito público, das fundações públicas de direito privado e dos estabelecimentos públicos, prevalecendo sobre as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias e sobre todos os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, sendo direta e imediatamente aplicável, dada a sua natureza imperativa, aos referidos/as trabalhadores/as.	Administração Pública
		A Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro, procede à quarta alteração do	

Lei	66/2012 31 Dezembro	RCTFP, alterando as seguintes matérias: Feriados; Estatuto trabalhador-estudante; trabalho extraordinário; gozo de férias; aplicação à administração pública do banco de horas por instrumento de regulamentação coletiva e mobilidade especial.	Administração Pública
Portaria	344/2012 26 Outubro	D.R., IS, n.º 208, 26/10/2012 Estabelece os termos e os procedimentos da reavaliação dos escalões de rendimentos e da composição do agregado familiar, sempre que se verifique alteração daqueles elementos, de que depende a determinação dos montantes do abono de família para crianças e jovens	Assuntos Sociais/Família
Portaria	297/2012 28 Setembro	D.R., IS, n.º 189, 28-09-2012 Cria o Programa Formação-Algarve	Emprego/Educação/Formação
Lei	47/2012 29 Agosto	Procede à quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, por forma a adequá-lo à Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, que estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade	Trabalho
Resolução da Assembleia da República	116/2012 10 Agosto	D.R., IS, n.º 155, 10/08/2012 Recomenda ao Governo que tome medidas de valorização da família que facilitem a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional	Família/Trabalho/Igualdade
Declaração de Retificação	38/2012 23 Julho	Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 121, de 25 de junho de 2012	Trabalho
Decreto-Lei	133/2012 27 Junho	D.R., IS, n.º 123, 27/06/2012 Altera os regimes jurídicos de proteção social nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adoção e morte previstas no sistema previdencial, de encargos familiares do subsistema de proteção familiar e do rendimento social de inserção, o regime jurídico que regula a restituição de prestações indevidamente pagas e a lei da condição de recursos, no âmbito do sistema de segurança social, e o estatuto das pensões de sobrevivência e o	Assuntos Sociais/Administração Pública

		regime jurídico de proteção social na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção no âmbito do regime de proteção social convergente	
Lei	23/2012 25 Junho	Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Trabalho
Decreto-Lei	76/2012 26 Março	Aprova a orgânica da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego	Trabalho
Decreto-Lei	64/2012 15 Março	Procede à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, de modo a adequa –lo à realidade económica e financeira do país, sem esquecer a realidade social subjacente a esta eventualidade.	Assuntos Sociais
Resolução do Conselho de Ministros	19/2012 8 Março	D.R., IS, n.º 49, 08/03/2012 Determina a adoção de medidas de promoção da igualdade de género em cargos de administração e de fiscalização das empresas	Trabalho/Igualdade
Portaria	45/2012 13 Fevereiro	D.R., IS, n.º 31, 13/02/2012 Procede à criação da medida de apoio ao emprego «Estímulo 2012», que promove a contratação e a formação profissional de desempregados	Emprego/Formação/ Educação
Lei	3/2012 10 Janeiro	Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação	Trabalho
Decreto Regulamentar	1/2012 6 Janeiro	Plano de redução e melhoria da Administração Central (PREMAC)	Medidas/Programas
Lei	53/2011 14 Outubro	Procede à segunda alteração ao Código do Trabalho	Trabalho
Portaria	249/2011 22 Junho	D.R., IS, n.º 119, 22/06/2011 Aprova os modelos de requerimento do rendimento social de inserção, do abono de família pré-natal e abono de família para crianças e jovens, bem como da declaração da composição e rendimentos do agregado familiar, e revoga a Portaria n.º 598/2010, de 2 de Agosto	Assuntos Sociais/Família
		D.R., IIS, n.º 91, 11/05/2011 Altera o despacho n.º 15 606/2009, de 9 de Julho, que aprovou o	

Despacho	7130/2011 11 Maio	regulamento específico que definiu o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (Tipologia de intervenção n.º 7.4)	FSE
Decreto Legislativo Regional	3/2011/A 3 Março	D.R., IS, n.º 44, 03/03/2011 Cria a Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego dos Açores O presente diploma entra em vigor no dia 1 de Junho de 2011	Trabalho/Igualdade
Lei	3/2011 15 Fevereiro	D.R., IS, n.º 32, 15/02/2011 Proíbe qualquer discriminação no acesso e no exercício do trabalho independente e transpõe a Diretiva n.º 2000/43/CE, do Conselho, de 29 de Junho, a Diretiva n.º 2000/78/CE, do Conselho, de 27 de Novembro, e a Diretiva n.º 2006/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho	Direitos Humanos/Trabalho/Igualdade
Portaria	63/2011 3 Fevereiro	Primeira alteração à Portaria n.º 220-A/2010, de 16 de Abril, que estabelece as condições de utilização inicial dos meios técnicos de teleassistência – Alargamento a território Nacional	Direitos Humanos/Justiça
Resolução de Conselho de Ministros	5/2011 18 Janeiro	IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não discriminação (2011-2013)	Direitos Humanos/Igualdade
Declaração de Retificação	38/2010 27 Dezembro	Altera a Portaria 1113/2010 de 28 de Outubro – Fixação de montantes do abono...	Assuntos Sociais
Resolução de Conselho de Ministros	100/2010 17 Dezembro	IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011 -2013)	Direitos Humanos/Violência Doméstica
Portaria	1113/2010 28 Outubro	D.R., IS, n.º 210, 28/10/2010 Fixa os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal e das respetivas majorações do segundo titular e seguintes e situações de monoparentalidade (Retificada pela Declaração de Retificação n.º 38/2010, de 27 de Dezembro)	Assuntos Sociais

Decreto-Lei	124/2010 17 Novembro	D.R., IS, n.º 223, 17/11/2010 Aprova a orgânica da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), reforçando as suas competências no acompanhamento e representação de vítimas de discriminação de género no trabalho e no emprego em processos administrativos e judiciais e procede à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Trabalho
Resolução de Conselho de Ministros	94/2010 29 Novembro	II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2011-2013)	Direitos Humanos/ TSH
Decreto-Lei	121/2010 27 Outubro	D.R., IS, n.º 209, 27/10/2010 Estabelece os requisitos para habilitação dos candidatos ao apadrinhamento civil e procede à regulamentação da Lei n.º 103/2009, de 11 de Setembro	Família/Justiça
Resolução de Conselho de Ministros	77/2010 11 Outubro	Prevê a concretização de medidas de simplificação legislativa no âmbito do programa SIMPLEGIS	Medidas/Programas
Lei	42/2010 3 Setembro	Segunda alteração à Lei n.º 93/99, que regula a aplicação de medidas para a proteção de testemunhas em processo penal	Justiça
Portaria	598/2010 2 Agosto	Aprova os modelos de requerimento do rendimento social de inserção, do abono de família pré-natal e abono de família para crianças e jovens, bem como da declaração da composição e rendimentos do agregado familiar Revogada pela Portaria n.º 249/2011, de 22 de Junho	Proteção á Maternidade e Paternidade
Resolução da Assembleia da República	80/2010 30 Julho	D.R., IS, n.º 147, 30/07/2010 Recomenda ao Governo a tomada de medidas de combate às discriminações entre mulheres e homens nas competições desportivas	Desporto/Igualdade
Resolução da Assembleia da República	71/2010 19 Julho	D.R., IS, n.º 138, 19/07/2010 Recomenda ao Governo que reafirme o seu compromisso no sentido do cumprimento dos 4.º e 5.º objetivos de desenvolvimento do milénio (ODM), relativos à redução da mortalidade infantil e à melhoria da saúde materna	Saúde/Igualdade
		D.R., IS, n.º 117, 18/06/2010	

Decreto-Lei	72/2010 18 Junho	Estabelece medidas para reforçar a empregabilidade dos beneficiários de prestações de desemprego e o combate à fraude, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/84, de 18 de Abril	Trabalho
Decreto-Lei	70/2010 16 Junho	Estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de proteção familiar e do subsistema de solidariedade, bem como para a atribuição de outros apoios sociais públicos, e procede às alterações na atribuição do rendimento social de inserção, tomando medidas para aumentar a possibilidade de inserção dos seus beneficiários, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 164/99, de 13 de Maio, à segunda alteração à Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril  (Com as alterações introduzidas pela Lei n.º 15/2011, de 3 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho)	Família
Lei	9/2010 31 Maio	Permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo	Direitos Humanos
Resolução de Conselho de Ministros	39/2010 25 Maio	Define o quadro referencial do estatuto aplicável, por iniciativa dos municípios, às conselheiras e aos conselheiros locais para a igualdade	Direitos Humanos/ Igualdade
Portaria	229-A/2010 23 Abril	Modelo do Estatuto de Vítima	Direitos Humanos/ Violência Doméstica
Portaria	220-A/2010 16 Abril	Estabelece que a utilização inicial dos meios técnicos de teleassistência e de controlo à distância – Condições de utilização	Direitos Humanos/ Justiça
Despacho	6810-A/2010	Técnicos/as de Apoio à Vítima	Direitos Humanos/ Violência Doméstica

	16 Abril		
Resolução da Assembleia da República	32/2010 13 Abril	D.R., IS, n.º 71, 13/04/2010 Sobre a problemática da mulher emigrante	Direitos Humanos/Igualdade
Resolução do Conselho de Ministros	39/2010 25 Maio	D.R., IS, n.º 101, 25/05/2010 Aprova o quadro de referência do Estatuto das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade	Administração Pública/Igualdade
Resolução da Assembleia da República	46/2010 21 Maio	D.R., IS, n.º 99, 21/05/2010 Direito à informação e acesso aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres ao longo do seu ciclo de vida	Saúde/Igualdade
Regulamento de extensão n.º 1	A/2010 2 Março	D.R., IIS, n.º 42, Suplemento, 02/03/2010 Regulamento de extensão do acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009 (acordo coletivo de carreiras gerais)	Administração Pública
Portaria	1460-C/2009	D.R., IS, n.º 252, 2.º Suplemento, 31/12/2009 Aprova o modelo do formulário para a ação de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento	Trabalho
Decreto-Lei	295/2009 13 Outubro	Altera o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro, e procede à sua republicação em anexo, entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010.	Trabalho
Acordo coletivo de trabalho	1/2009 28 Setembro	D.R., IIS, n.º 188, 28/09/2009 Acordo coletivo de carreiras gerais	Administração Pública
Lei	112/2009 16 Setembro	Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas e revoga a Lei n.º 107/99	Direitos Humanos/ Justiça
Lei	227/2009 14 Setembro	Aplicação de medidas de proteção de testemunhas em processo penal	Justiça
Lei	107/2009 14 Setembro	D.R., IS, n.º 178, 14/09/2009 Aprova o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social	Trabalho/ Justiça
Lei	105/2009	Alteração ao código de trabalho	Trabalho

	14 Setembro		
Lei	104/2009 14 Setembro	Adiantamento pelo Estado da indemnização devida às vítimas de violência doméstica	Direitos Humanos/ Violência Doméstica
Lei	103/2009 11 Setembro	D.R., IS, n.º 177, 11/09/2009 Aprova o regime jurídico do apadrinhamento civil, procedendo à alteração do Código do Registo Civil, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais e do Código Civil	Família/Justiça
Lei	102/2009 10 Setembro	D.R., IS, n.º 176, 10/09/2009 Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho	Trabalho
Resolução do Conselho de Ministros	71/2009 25 Agosto	D.R., IS, n.º 164, 25/08/2009 Aprova o Plano Nacional de Acção para Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000), adotada em 31 de Outubro de 2000, sobre «mulheres, paz e segurança» (2009-2013)	Direitos Humanos
Despacho	15 609/2009 9 Julho	Regulamento específico da tipologia de intervenção nº7.2 «Planos para a Igualdade», do eixo nº 7, «Igualdade de género», do POPH	Medidas/Programas
Decreto-Lei	131/2009 1 Junho	D.R., IS, n.º 105, 01/06/2009 Consagra o direito dos advogados ao adiamento de atos processuais em que devam intervir em caso de maternidade, paternidade e luto e regula o respetivo exercício	Justiça
Portaria	511/2009 14 Maio	O presente diploma fixa os montantes das prestações por encargos familiares reguladas pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, na sua versão republicada pelo Decreto-Lei n.º 245/2008, de 18 de Dezembro, bem como das prestações que visam a proteção das crianças e jovens com deficiência e ou em situação de dependência previstas nos Decretos-Leis n.os 133-B/97, de 30 de Maio, na redação que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.os 341/99, de 25 de Agosto, e 250/2001, de 21 de Setembro, e 160/80, de 27 de Maio, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 133-C/97, de 30 de Maio.	Proteção à Maternidade e Paternidade
		D.R., IS, n.º 84, 30/04/2009 Aprova os modelos de requerimentos e declaração previstos no n.º 2 do	

Portaria	458/2009 30 Abril	artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril, que regula a proteção na parentalidade do sistema previdencial e do subsistema de solidariedade	Trabalho/ Família
Decreto-Lei	91/2009 9 Abril	D.R., IS, n.º 70, 09/04/2009 Estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade e revoga o Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril, e o Decreto-Lei n.º 105/2008, de 25 de Junho (Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho)	Justiça
Decreto-Lei	91/2009 9 Abril	Estabelece um conjunto de medidas de alteração do regime de proteção na parentalidade, primeiro no âmbito do Acordo Tripartido para um Novo Sistema de Regulação das Relações Laborais, das Políticas de Emprego e da Proteção Social em Portugal e mais recentemente plasmadas no Código do Trabalho.	Proteção à Maternidade e Paternidade
Decreto-Lei	89/2009 9 Abril	D.R., IS, n.º 70, 09/04/2009 Regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente (Retificado pela Declaração de Retificação n.º 40/2009, de 5 de junho, e com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho)	Administração Pública/ Proteção à Maternidade e Paternidade
Lei	10/2009 10 Março	Define a proteção social dos trabalhadores que exercem funções públicas	Administração Pública
Lei	7/2009 12 Fevereiro	Aprova a revisão do Código do Trabalho (Retificada pela Declaração de Retificação n.º 21/2009, de 18 de Março) A Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, revoga a Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, sendo que a revogação de determinados preceitos apenas produz efeitos a partir da entrada em vigor dos diplomas que regularem as matérias referidas no artigo 12.º da Lei n.º 7/2009 A Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, revoga a Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, sendo que a revogação de determinados preceitos apenas produz	Trabalho

		efeitos a partir da entrada em vigor dos diplomas que regularem as matérias referidas no artigo 12.º da Lei n.º 7/2009, nomeadamente sobre a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego	
Lei	4/2009 29 Janeiro	D.R., IS, n.º 20, 29/01/2009 Define a proteção social dos trabalhadores que exercem funções públicas (Com a alteração introduzida pela Lei n.º 10/2009, de 10 de Março)	Administração Pública
Lei	64-A/2008 31 Dezembro	A Lei n.º 64-A/2008, 31 dezembro aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e no seu teor estabelece regras e princípios gerais em matéria de duração e horário de trabalho na Administração Pública	Administração Pública
Lei	61/2008 31 Outubro	Altera o regime jurídico do divórcio	Direitos Humanos
Resolução do Conselho de Ministros	161/2008 22 Outubro	D.R., IS, n.º 205, 22/10/2008 Adota medidas de promoção da transversalidade da perspetiva de género na administração central do Estado e aprova o estatuto das conselheiras e dos conselheiros para a igualdade, bem como dos membros das equipas interdepartamentais para a igualdade	Administração Pública/Igualdade
Lei	59/2008 11 Setembro	D.R., IS, n.º 176, 11/09/2008 Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (Com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro)	Administração Pública
Despacho	20 509/2008 5 Agosto	Isenção de taxa moderadora às vítimas de violência doméstica	Direitos Humanos/ Violência Doméstica
Decreto-Lei	105/2008 25 Junho	D. R., IS, n.º 121, 25/06/2008 Institui medidas sociais de reforço da proteção social na maternidade, paternidade e adoção integradas no âmbito do subsistema de solidariedade e altera o Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Lei	29/2008 4 Julho	Primeira alteração à Lei 93/99, que regula a aplicação de medidas para a proteção de testemunhas em processo penal	Justiça

Portaria	425/2008 16 Julho	D.R., IS, n.º 114, 16/06/2008 Procede à atualização extraordinária dos montantes das prestações por abono de família para crianças e jovens e por abono de família pré-natal Revogada pela Portaria n.º 511/2009, de 14 de Maio	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Decreto-Lei	74/2008 22 Abril	D.R., IS, n.º 79, 22/04/2008 Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período de 2007-2013 e dos respetivos programas operacionais	Medidas/Programas
Resolução do Conselho de Ministros	70/2008 22 Abril	D.R., IS, n.º 79, 22/04/2008 Aprova as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do sector empresarial do Estado	Administração Pública
Lei	14/2008 12 Março	D.R., IS, n.º 51, 12/03/2008 Proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/113/CE, do Conselho, de 13 de Dezembro	Direitos Humanos/Igualdade
Lei	12-A/2008 27 Fevereiro	Estabelece o regime de vínculos, carreiras e remunerações dos trabalhadores em funções públicas	Administração Pública
Decreto-Lei	12/2008 17 Janeiro	Regulamenta o Regime de Execução das Medidas de Promoção dos Direitos e de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo - Regulamenta o regime de execução das medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo, respeitantes ao apoio junto dos pais e apoio junto de outro familiar, à confiança a pessoa idónea e ao apoio para a autonomia de vida, previstas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.	Direitos Humanos/ Crianças e Jovens
Lei	11/2008 17 Janeiro	Regime de Execução do Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens em Perigo - Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar previsto na lei de proteção de crianças e jovens em perigo	Direitos Humanos/ Crianças e Jovens
Portaria	24/2008 10 Janeiro	D.R., IS, n.º 7, 10/01/2008 Dispensa a apresentação dos meios de prova (requerimento) relativos às relações familiares ou equiparadas	Assuntos Sociais

Decreto Regulamentar	84-A/2007 10 Janeiro	D.R., IS, n.º 237, Suplemento, 10/12/2007 Estabelece o regime jurídico de gestão, acesso e financiamento no âmbito dos programas operacionais financiados pelo Fundo Social Europeu	Medidas/Programas
Portaria	1464/2007 15 Novembro	D.R., IS, n.º 220, 15/11/2007 Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)	Medidas/Programas
Portaria	1463/2007 15 Novembro	D.R., IS, n.º 220, 15/11/2007 Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	Medidas/Programas
Portaria	1223/2007 20 Setembro	D.R., IS, n.º 182, 20/09/2007 Aprova o modelo de certificação médica do tempo de gravidez	Trabalho/ Família
Decreto-Lei	308-A/2007 5 Setembro	D.R., IS, n.º 171, Suplemento, 05/09/2007 Reconhece o direito ao abono de família pré-natal e procede à majoração do abono de família a crianças e jovens nas famílias com dois ou mais filhos durante o 2.º e o 3.º anos de vida dos titulares, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto	
Lei	48/2007 29 Agosto	15.ª Alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro	Trabalho
Lei	47/2007 28 Agosto	Apoio Judiciário	Direitos Humanos
Lei	23/2007 4 Julho	Aprova o regime jurídico de entradas, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional	Direitos Humanos
Resolução do Conselho de Ministros	86/2007 3 Julho	D.R., IS, n.º 126, 03/07/2007 Aprova o Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007-2013	Medidas/Programas
Resolução de Conselho de Ministros	83/2007 22 Junho	III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010)	Direitos Humanos/ Violência Doméstica

Resolução de Conselho de Ministros	82/2007 22 Junho	III Plano Nacional para a Igualdade — Cidadania e Género (2007-2010)	Direitos Humanos/ Igualdade de Género
Resolução de Conselhos de Ministros	81/2007 22 Junho	I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010)	Direitos Humanos/ TSH
Resolução do Conselho de Ministros	49/2007 28 Março	D.R., IS, n.º 62, 28/03/2007 Aprova os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado	Administração Pública
Decreto-Lei	220/2006 3 Novembro	Proteção no desemprego	Emprego/Formação e Educação
Decreto-Lei	169/2006 17 Agosto	Estabelece as regras e os princípios gerais em matéria de duração e horário de trabalho na Administração Pública	Administração Pública
Decreto-Lei	117/2006 20 Junho	D. R., IS-A, n.º 117, 20/06/2006 Define a transição do regime obrigatório de proteção social aplicável dos funcionários públicos para o regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem	Administração Pública
Decreto Regulamentar	1/2006 25 Janeiro	Casas Abrigo	Direitos Humanos/ Violência Doméstica
Lei Constitucional	1/2005 12 Agosto	Constituição da República Portuguesa - VII revisão constitucional	Direitos Fundamentais
Decreto-Lei	77/2005 13 Abril	D. R., IS-A, n.º 72, 13/04/2005 Estabelece o regime jurídico de proteção social na maternidade, paternidade e adoção no âmbito do subsistema previdencial de segurança social face ao regime preconizado na legislação de trabalho vigente (Altera o Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril)	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Lei	34/2004 28 Agosto	Apoio Judiciário	Direitos Humanos/Justiça
		D.R., IS-A, n.º 177, 29/07/2004 Regulamenta a Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, que aprovou o Código do	

Lei	35/2004 29 Julho	Trabalho (Com as alterações introduzidas pela Lei n.º 9/2006, de 20 de Março, pelo Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio, e pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro)	Trabalho
Lei Constitucional	1/2004 24 Julho	Constituição da Republica Portuguesa - VI revisão constitucional	Direitos Fundamentais
Lei	99/2003 27 Agosto	D.R., IS-A, n.º 197, 27/08/2003 Aprova o Código do Trabalho (Com as alterações introduzidas pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro)	Trabalho
Resolução de Conselho de Ministros	184/2003 25 Novembro	II Plano Nacional para a Igualdade	Direitos Humanos/ Igualdade de Género
Lei	31/2003 22 Agosto	Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Promove os direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.	Direitos Humanos/ Crianças e Jovens
Decreto-Lei	198/2003 22 Agosto	Aplicação de medidas para a proteção de testemunhas em processo penal	Justiça
Decreto-Lei	176/2003 2 Agosto	Direito ao abono de família pré-natal e procede à majoração do abono de família a crianças e jovens nas famílias com dois ou mais filhos durante o 2.º e o 3.º anos de vida dos titulares	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Resolução de Conselhos de Ministros	88/2003 13 Junho	II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2003-2007)	Direitos Humanos/ Violência Doméstica
Lei	13/2003 21 Maio	Revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.o 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção	Assuntos Sociais
Despacho	7837/2002 16 Abril	Apoio e acolhimento de pessoas idosas: apoio domiciliário ou recurso à rede de centros de dia; centros de convívio e centros comunitários	Medidas/Programas
Decreto/Lei	59/2002	Definição de uma rede nacional de cuidados continuados integrados	Saúde

	22 Março		
Deliberação	2209/2001 31 Dezembro	Concessão de eventuais subsídios a indivíduos ou famílias em situação de carência social	Assuntos Sociais
Lei Constitucional	1/2001 12 Dezembro	Constituição da Republica Portuguesa - V revisão constitucional	Direitos Fundamentais
Portaria	1112/2001 20 Setembro	Aprova o regulamento da criação e certificação de pontos de contacto e informação	Medidas/Programas
Portaria	1113/2001 20 Setembro	Aprova o regulamento da criação e certificação de pontos de contacto e informação	Medidas/Programas
Portaria	1114/2001 20 Setembro	Aprova o regulamento de criação e funcionamento das equipas de rua	Medidas/Programas
Portaria	1115/2001 20 Setembro	Aprova o regulamento de criação e funcionamento das equipas de rua	Medidas/Programas
Despacho	19 210/2001 13 Setembro	Ajudas técnicas para pessoas com deficiência	Deficientes/ Dependentes
Portaria	1082-A/2001 5 Setembro	Rede nacional centros de reconhecimento, validação e certificação de competências	Emprego/Formação/ Educação
Lei	90/2001 20 Agosto	Define medidas de apoio social às mães e pais estudantes	Infância/ Juventude
Despacho	17 186/2001 16 Agosto	Apoiar as famílias menos favorecidas economicamente	Medidas/Programas
RSC	91/2001 6 Agosto	Aprova o Plano Nacional para a Inclusão	Medidas/Programas
Decreto-Lei	183/2001 21 Junho	Estratégia Nacional de luta contra a Droga	Medidas/Programas
		D.R., IS-A, n.º 121, 25/05/2001 Prevê as contraordenações correspondentes à violação das novas disposições legais aplicáveis ao trabalho de menores e à dispensa de horários de trabalho	Proteção da Maternidade e da

Decreto-Lei	170/2001 25 Maio	com adaptabilidade para os trabalhadores que se encontrem em situação de particular vulnerabilidade	Paternidade
Lei	10/2001 21 Maio	D.R. IS-A, n.º 117, 21/05/2001 Institui um relatório anual sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres	Trabalho/Igualdade
Lei	9/2001 21 Maio	D.R., IS-A, n.º 117, 21/05/2001 Reforça os mecanismos de fiscalização e punição de práticas laborais discriminatórias em função do sexo	Direitos Humanos/Igualdade
Lei	9/2001 21 Maio	D.R., IS-A, n.º 117, 21/05/2001 Reforça os mecanismos de fiscalização e punição de práticas laborais discriminatórias em função do sexo	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Lei	7/2001 11 Maio	União de Facto	Direitos Humanos
Despacho	9629/2001 8 Maio	Regulamento do processo de acreditação das entidades promotoras dos centros de reconhecimento, validação e certificação de competências	Emprego/Formação/ Educação
Portaria	381/2001 11 Maio	Regulamento do regime de incentivos à criação e adaptação de unidades de prestação de cuidados de saúde da responsabilidade das IPSS	Equipamentos Sociais
Resolução de Conselho de Ministros	39/2001 9 Abril	Plano de ação da política global da droga e Toxicodependência	Saúde
Portaria	196-A/2001 10 Março	Ordenar sistematizar e simplificar as medidas de política de emprego	Emprego/Formação/ Educação
Resolução de Conselho de Ministros	28/2001 9 Março	Nova estratégia de cooperação no domínio do combate à pobreza e à exclusão social	Assuntos Sociais
Portaria	1212/2000 26 Dezembro	D.R., IS-B, n.º 296, 26/12/2000 Institui o regime de majoração dos apoios financeiros previstos nas medidas de política de emprego para as profissões significativamente marcadas por discriminação de género	Trabalho/Igualdade

Decreto-Lei	323/2000 19 Dezembro	Apoio às mulheres vítimas de violência	Direitos Humanos
R.A.R.	71/2000 7 Novembro	Riscos na adolescência e na juventude	Infância/Juventude
Decreto-Lei	230/2000 23 Setembro	D.R., IS-A, n.º 221, 23/9/2000 Regulamenta a Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, sobre a proteção da maternidade e da paternidade no que se refere à proteção de trabalhadores abrangidos pelo regime do contrato individual de trabalho, incluindo os trabalhadores agrícolas e do serviço doméstico	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Despacho	42-B/2000 20 Setembro	Natureza e limites máximos de custos considerados elegíveis (formandos e formadores...), para efeitos de cofinanciamento pelo FSE	Emprego/Formação/ Educação
Portaria	799-B/2000 20 Setembro	Normas procedimentais relativas ao financiamento das ações apoiadas no âmbito do FSE	Emprego/Formação/ Educação
Decreto Regulamentar	12-A/2000 15 Setembro	Regulamentação dos apoios a conceder e as ações a financiar pelo FSE – formação profissional; inserção no mercado de trabalho e apoios ao emprego	Emprego/Formação/ Educação
Lei	17/2000 8 Agosto	Aprovação das bases gerais do sistema de solidariedade e de segurança social	Medidas/Programas
Decreto-Lei	84/2000 11 Maio	Lei do Rendimento Mínimo Garantido	Medidas/Programas
Despacho Conjunto	446/2000 17 Abril	Donativos concedidos às atividades de âmbito da ação social desenvolvidos pela Instituição Particular de Solidariedade Social Ajuda de Mãe	Equipamentos Sociais
Decreto-Lei	77/2000 9 Maio	D.R., IS-A, n.º 107, 09/05/2000 Altera o Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril, na redação que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.os 333/95, de 23 de Dezembro, e 347/98, de 9 de Novembro (define o quadro da proteção social do regime geral da segurança social decorrente da lei da proteção da maternidade e da paternidade)	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Decreto-Lei	70/2000 4 Maio	D.R., IS-A, n.º 103, 4/5/2000 Altera a Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, sobre a proteção da maternidade e paternidade, e procede à sua republicação retificada	Proteção da Maternidade e da Paternidade

Despacho conjunto	373/2000 31 Março	Determina que nos avisos de abertura de todos os concursos de ingresso, acesso ou de pessoal dirigente, na Administração Pública, Central ou Local, bem como naqueles que tenham por objeto a celebração de contratos de trabalho a termo certo, conste menção do cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa	Administração Pública
Despacho	3269/2000 10 Fevereiro	Promoção dos direitos da criança e da família, bem como da igualdade de oportunidades e de luta contra a pobreza e exclusão	Medidas/Programas
Despacho Conjunto	17/2000 7 Janeiro	Regulamentação de Atribuição do Apoio Social a Idosos Carenciados das Comunidades Portuguesas	Deficientes/ Dependentes
Portaria	1109/1999 27 Dezembro	Rendimento Mínimo Garantido	Medidas/Programas
Decreto-Lei	480/1999 9 Novembro	Código de Processo do Trabalho	Trabalho
Despacho Conjunto	891/1999 19 Outubro	Orientações reguladoras da intervenção precoce para crianças com deficiência ou em risco de atraso grave do desenvolvimento e suas famílias	Deficientes/ Dependentes
Lei	147/1999 1 Setembro	Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Promove os direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.	Direitos Humanos/ Crianças e Jovens
Lei	142/1999 31 Agosto	D.R., IS-A, n.º 203, 31/8/99 Quarta alteração à Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, alterada pelas Leis n.ºs 17/95, de 9 de Junho, 102/97, de 13 de Setembro, e 18/98, de 28 de Abril	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Portaria	776/1999 30 Agosto	Educação Especial	Emprego/Formação/ Educação
Lei	118/1999 11 Agosto	D.R., IS-A, n.º 186, 11/8/99 Desenvolve e concretiza o regime geral das contraordenações laborais, através da tipificação e classificação das contraordenações correspondentes à violação dos diplomas reguladores do regime geral dos contratos de trabalho	Direitos Humanos/Igualdade
Lei	116/1999	D.R., IS-A, n.º 180, 4/8/99	Direitos Humanos/Igualdade

	4 Agosto	Regime geral das contraordenações laborais	
Lei	107/1999 3 Agosto	Criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência	Direitos Humanos Violência Doméstica
Lei	93/1999 14 Julho	Regula a aplicação de medidas para proteção de testemunhas em processo penal	Justiça
Lei	59/1999 30 Junho	Código Civil Português	Direitos Humanos
Resolução de Conselho de Ministros	55/1999 15 Junho	Violência Doméstica	Medidas/Programas
Resolução de Conselho de Ministros	46/1999 25 Maio	Estratégia Nacional de luta contra a droga	Medidas/Programas
Despacho Conjunto	406/1999 13 Maio	Investimento em equipamentos para o tratamento e reinserção de toxicodependentes	Equipamentos Sociais
Decreto-Lei	164/1999 13 Maio	Garantia de alimentos devidos a menores	Direitos Humanos/ Crianças e Jovens
Decreto-Lei	100/1999 31 Março	D.R., IS-A, n.º 76, 31/03/99 Estabelece o regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da administração central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos - (Com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 181/2007, de 9 de maio, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro)	Administração Pública
Decreto-Lei	87/1999 19 Março	Autorização para a realização de peditórios para festas, espetáculos públicos com fins de beneficência	Diversa

Resolução de Conselho de Ministros	7/1999 9 Fevereiro	Garantir melhores condições de vida e melhores relações humanas no seio da família	Inst. do Estado
Decreto-Lei	16/1999 25 Janeiro	Licenciamento e fiscalização da intervenção articulada do apoio social e dos cuidados de saúde continuados dirigidos às pessoas em situação de dependência	Equipamentos Sociais
Decreto-Lei	16/1999 25 Janeiro	Licenciamento e fiscalização do exercício da atividade das unidades privadas que atuem na área do tratamento ou da recuperação de toxicodependentes	Assuntos Sociais
Lei	75/1998 19 Novembro	Garantia de alimentos devidos a menores	Direitos Humanos/ Crianças e Jovens
Decreto-Lei	347/1998 9 Novembro	D.R., IS-A, n.º 259, 09/11/98 Procede à definição e regulamentação do subsídio para assistência a filhos, adotados ou filhos de cônjuge do beneficiário que sejam deficientes profundos ou doentes crónicos e alarga o prazo para o requerimento das prestações de proteção social à maternidade (Altera o Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril)	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Despacho Conjunto	604/1998 28 Agosto	Rendimento Mínimo Garantido	Medidas/Programas
Decreto-Lei	259/1998 18 Agosto	D.R., IS-A, n.º 189, 18/08/98 Estabelece as regras e os princípios gerais em matéria de duração e horário de trabalho na Administração Pública (Retificado pela Declaração de Retificação n.º 13-E/98, de 31 de agosto, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro)	Administração Pública
Despacho Conjunto	407/1998 18 Junho	Orientações reguladoras da intervenção articulada do apoio social e dos cuidados de saúde dirigidos às pessoas em situação de dependência	Deficientes/ Dependentes

Decreto-Lei	115/1998 4 Maio	Instituto para o Desenvolvimento Social	Inst. Estado
Lei	18/1998 28 Abril	D.R., IS-A, n.º 98, 24/4/98 Proteção da maternidade e da paternidade Altera a Lei n.º 4/84, de 5 de Abril	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Decreto-Lei	375/1997 24 Dezembro	Prestação de Trabalho da Comunidade (PTEC)	Justiça
Resolução de Conselho de Ministros	197/1997 18 Novembro	Incentivar redes de apoio social integrado de âmbito local – cobertura equitativa do País em serviços e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
Portaria	1119/1997 5 Novembro	Estabelecimento de um conjunto de normas gerais a que a certificação dos formadores deve obedecer	Emprego/Formação/ Educação
Lei	105/1997 13 Setembro	D.R., IS-A, n.º 212, 13/9/97 Garante o direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego	Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional
Lei	102/1997 13 Setembro	D.R., IS-A, n.º 212, 13/9/97 Proteção da maternidade e da paternidade Altera a Lei n.º 4/84, de 5 de Abril	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Despacho Conjunto	268/1997 25 Agosto	Alargamento e expansão da rede nacional da educação pré-escolar	Emprego/Formação/ Educação
Decreto-Lei	196/1997 31 Julho	Rendimento Mínimo Garantido	Medidas/Programas
Decreto Regulamentar	26/1997 18 Junho	Regulamentação do exercício da atividade de formador do âmbito da formação profissional inserida no mercado de trabalho	Emprego/Formação/ Educação
Decreto-Lei	133/1997 30 Maio	Condições de apoio social a pessoas de nacionalidade portuguesa, isoladas, integradas em famílias ou em grupos, deslocadas para Portugal	Equipamentos Sociais
Decreto-Lei	133-A/1997 30 Maio	Nova regulamentação dos estabelecimentos e serviços privados em que sejam exercidas atividades de apoio no âmbito da segurança social	Assuntos Sociais

Lei	5/1997 10 Fevereiro	Lei-quadro da educação pré-escolar	Emprego/Formação/ Educação
Lei	4/1997 10 Fevereiro	Licenciamento e fiscalização dos estabelecimentos que desenvolvem atividades de apoio social no âmbito da segurança social	Equipamentos Sociais
Lei Constitucional	1/1997 20 Setembro	Constituição da Republica Portuguesa - IV revisão constitucional	Direitos Fundamentais
Decreto-Lei	194/1996 16 Outubro	D.R., IS-A, n.º 240, 16/10/96 Revoga o Dec.-Lei n.º 135/85, de 3 de Maio, e regulamenta o regime de proteção da maternidade e da paternidade, na parte aplicável aos trabalhadores da Administração Pública	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Portaria	229/1996 26 Junho	D.R., IS-B, n.º 146/96, 26/6/96 Fixa os agentes, processos e condições de trabalho proibidos ou condicionados às mulheres grávidas, puérperas e lactantes	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Decreto-Lei	333/1995 23 Dezembro	D.R., IS-A, n.º 295, 23/12/95 Altera o regime de proteção social dos beneficiários do regime geral da segurança social (Altera o Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril)	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Lei	17/1995 9 Junho	D.R., IS-A, n.º 134, 9/6/95 Proteção da maternidade e da paternidade Altera a Lei n.º 4/84, de 5 de Abril	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Lei Constitucional	1/1992 25 Novembro	Constituição da Republica Portuguesa - III revisão constitucional	Direitos Fundamentais
Despacho conjunto	/1990 18 Setembro	Aprova o Regulamento da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)	Trabalho
Lei Constitucional	1/1989 8 Julho	Constituição da Republica Portuguesa - II revisão constitucional	Direitos Fundamentais
Decreto-Lei	426/1988 18 Novembro	D.R., IS, n.º 267, 18/11/88 Disciplina o regime de igualdade de tratamento no trabalho entre homens e mulheres no âmbito da Administração Pública	Direitos Humanos/Igualdade

Decreto-Lei	154/1988 29 Abril	Estabelece o regime jurídico de proteção social na maternidade, paternidade e adoção no âmbito do subsistema previdencial de segurança social face ao regime preconizado na legislação de trabalho vigente Revogado pelo Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Lei	4/1984 5 Abril	D.R., IS, n.º 81, 5/4/84 Proteção da maternidade e da paternidade	Proteção da Maternidade e da Paternidade
Lei Constitucional	1/1982 30 Setembro	Constituição da Republica Portuguesa - I revisão constitucional	Direitos Fundamentais
Decreto-Lei	392/1979 20 Setembro	D.R., IS, n.º 218, 20/9/79 Garante às mulheres a igualdade com os homens em oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego	Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional
Lei Constitucional	1976 2 Abril	Constituição da Republica Portuguesa Entra em vigor no dia 25 de Abril de 1976	Direitos Fundamentais